View metadata, citation and similar papers at core.ac.uk
brought to you by CORE
provided by E-LIS

Título: **Informação, tecnologia e culturas híbridas: novos desafios para as instituições de cultura e informação** *(versão preliminar)*
TITLE: **Information, technology and hybrid cultures: new challenges for cultural and information institutions**

Marco Antônio de Almeida[1]

RESUMO: O trabalho reúne pesquisa exploratória e reflexão teórica acerca das relações entre espaços institucionais da área da cultura-informação e os territórios e comunidades nos quais se inscrevem. O foco da discussão foi perceber que definir hoje o que seria uma Unidade de Cultura e Informação (UCI) tornou-se cada vez mais difícil, dada a variedade e complexidade de perfis possíveis que as mesmas podem adotar. A partir de exemplos de iniciativas ocorridas nas cidades de São Paulo, Medellín e Madrid, empreende-se a discussão de alguns tópicos relacionados, como mediação, midiatização e coletivos culturais. Refletindo sobre essas experiências, levantamos a possibilidade de que essas unidades podem incorporar crescentemente as práticas culturais dos sujeitos, cada vez mais mediadas/midiatizadas pelas tecnologias de informação e comunicação (TIC). Um aspecto relativo ao hibridismo dos espaços configurados pelas UCI está relacionado também ao conjunto de sujeitos envolvidos nos processos que ali ocorrem e suas relações com os contextos urbanos cada vez mais marcados pelos fluxos informacionais. Como as UCI se alinham a estes movimentos sociais e culturais? A partir dessa questão, buscou-se também a sistematização de alguns pontos de referência para políticas e ações infoculturais no âmbito das UCI.

Palavras-Chave: Cultura. Tecnologias de Informação e Comunicação. Unidades de Informação. Práticas Culturais. Hibridismo Cultural.

ABSTRACT: The work brings together exploratory research and theoretical reflection on the relations between institutional spaces in the area of culture-information and the territories and communities in which they are registered. The focus of the discussion was to realize that defining today what would be a Culture and Information Unit (CIU) has become increasingly difficult, given the variety and complexity of possible profiles they can adopt. From examples of initiatives in the cities of São Paulo, Medellín and Madrid, the discussion of some related topics, such as mediation, mediatization and cultural collectives, is undertaken. Reflecting on these experiences, we raise the possibility that these units can increasingly incorporate the cultural practices of the subjects, increasingly mediated/ mediatizated by information and communication technologies (ICT). An aspect related to the hybridity of the spaces configured by the CIU is also related to the set of subjects involved in the processes that occur there and their relations with the urban contexts increasingly marked by the information flows. How do CIU align with these social and cultural movements? Based on this question, we also sought to systematize some reference points for infocultural policies and actions within the CIU

Keywords: Culture. Information and Communication Technologies. Information Units. Cultural Practices. Cultural Hybridism.

1. Introdução: mediação, midiatização e interações socioculturais

O objetivo do trabalho é refletir acerca das relações entre espaços institucionais da área da informação-cultura e os territórios e comunidades nas quais se inscrevem. A partir de exemplos de iniciativas ocorridas nas cidades de São Paulo, Medellín e Madrid, empreende-se a discussão de alguns tópicos teóricos relacionados, buscando propor pontos para uma possível agenda de pesquisa e ações info-culturais.

[1] Doutor em Ciências Sociais. Livre-Docente em Ciência da Informação. Professor do PPGCI-ECA/USP e da FFCLRP-USP. Email: marcoaa@ffclrp.usp.br

O mundo contemporâneo apresenta um processo de descentramento e disseminação dos saberes que passa ao largo da escola e de outras instituições legitimadoras do conhecimento. Estas instituições não podem controlar ou impedir que uma diversidade de saberes socialmente valiosos circule fora de seu território, nos espaços dos meios de comunicação e da internet. A reflexão aqui aponta para dois pontos complementares. O primeiro, a importância estratégica que as unidades de informação e seus profissionais poderiam desempenhar na sociedade em termos de uma construção cidadã do conhecimento. Isso é válido tanto para as bibliotecas – públicas, escolares, comunitárias, especializadas – como para outras unidades de informação, algumas delas com essa clara vocação, como os museus, e outras que eventualmente atuam nessa perspectiva, como arquivos e centros de documentação (Buckland & Zapata, 2018). O segundo ponto foi perceber que definir hoje o que seria uma Unidade de Informação tornou-se cada vez mais difícil, dada a variedade e complexidade de perfis possíveis que as mesmas podem adotar.

Por outro lado, percebe-se que, muitas vezes, a concepção de mediação como ação educativa que se estabeleceu hegemonicamente nas unidades de informação de perfil mais tradicional priorizou algumas modalidades de informação, de tipos de leitura e de práticas de intermediação cultural legitimadas pelo *status quo*, em detrimento de outras, que valorizariam o estabelecimento de vínculos mais orgânicos dos sujeitos com o conhecimento prático, racional e técnico. Essa concepção tende a se satisfazer com a assimilação e não com a apropriação da cultura artística e científica, desencadeando muitas vezes mediações e leituras esvaziadas, distantes dos indivíduos e de suas práticas cotidianas, cada vez mais vinculadas ao uso das TIC.

Outro aspecto concernente ao hibridismo dos espaços configurados pelas Unidades de Cultura e Informação (UCI) está relacionado também ao conjunto de sujeitos envolvidos nos processos que ali ocorrem e suas relações com os contextos urbanos cada vez mais marcados pelos fluxos informacionais. Estes contextos urbanos apresentam diversas camadas de intertextualidade – a forma concreta do que se poderia denominar de “globalização” – facilitada cada vez mais pela disseminação das TIC na vida cotidiana, permitindo uma comunicação quase em tempo real graças aos satélites e outras infra-estruturas de comunicação. Embora desigualmente distribuída, essa intertextualidade propagada pelos fluxos informacionais exerce efeitos diretos sobre os modos de criação cultural e os processos político-identitários locais. Desse modo, a vida urbana contemporânea caracteriza-se cada vez mais por ser um espaço de informações múltiplas que interferem nesses processos criativos: seja pelas diversas formas de mobilidade, incluindo as migrações, seja pelo acesso aos fluxos

informacionais provenientes de horizontes regionais, nacionais ou internacionais os mais diversos (Harvey, 2014; Agier 2011). Exemplos dessas hibridizações culturais podem ser notados na forma como a relação dos jovens com a poesia/literatura se modificou a partir das influências da cultura rap – com a incorporação das linguagens da música, do grafite e da dança (Agier, 2011), na apropriação de memes audiovisuais (Mansila, 2015) ou na constituição de coletivos culturais videoativistas (Aderaldo, 2017).

As chamadas "Jornadas de Junho" que ocorreram no Brasil em 2013, bem como seus desdobramentos posteriores nos anos seguintes, não só aqui como no restante da América Latina, chamaram a atenção para o papel dos coletivos mediático-informacionais. Para Aderaldo (2017, p. 21) estes coletivos podem ser definidos como pequenas associações geralmente informais, que se organizam, com mais frequência, para realizar "intervenções simultaneamente estéticas e políticas em espaços urbanos com o propósito de ressignificar simbolicamente o sentido dos locais 'ocupados' na vida cultural e política da cidade". Destaca-se, inicialmente, o fato de que são coletivos, mais que movimentos sociais no sentido tradicional da expressão, compostos por pessoas com afinidades e interesses comuns, conformando atores antagônicos aos valores predominantes e a qualquer organização formal/hierárquica. Esses coletivos são liderados principalmente por jovens e, na maioria dos casos, desempregados, com algum grau de formação acadêmica. Além disso, encaram a internet, através de seus ambientes digitais, não apenas como uma ferramenta técnica, mas como instrumento capaz de proporcionar uma estrutura reticular de organização social, de promover uma expressão cultural e de garantir uma autonomia política. Essas considerações se alinham com o que pensam autores que estudam essa temática: Melucci (2001), Canclini (2008), Castells (2013), Gravante & Poma (2013) e Harvey (2014). No caso brasileiro, ainda segundo Aderaldo (2017), seu surgimento aponta tanto para as transformações tecnológicas surgidas nos anos 2000, que propiciaram a popularização do acesso às ferramentas tecnológicas comunicativas, como também às mudanças socioeconômicas que possibilitaram, no caso brasileiro, a participação efetiva na vida política e cultural do país, de núcleos populacionais pertencentes aos extratos socialmente e historicamente desprivilegiados.

Este quadro permite refletir acerca das dinâmicas e das condições em que se inserem as ações culturais e políticas no contexto atual. A compreensão e a prática da cultura na contemporaneidade são bastante complexas, uma vez que diversos fatores exercem transformações "naquilo que entendemos por cultura e o que fazemos em seu nome" (Yúdice, 2006, p.27). Outro dos desafios que merece uma especial reflexão é o debate de como as políticas culturais, associadas às tecnologias de informação e comunicação (TIC), têm

possibilitado a emergência de novos ambientes de informação/comunicação conectados a redes sociais, e redimensionado a relação dos indivíduos com a produção, a prática e a própria construção do público, de identidades e memórias culturais. Nesse sentido, as TIC crescentemente disponibilizam possibilidades de midiatização para setores "não-mediáticos" – indivíduos, coletivos, instituições. Mas seria um erro reduzir esse processo a uma dinâmica exclusiva de inovação tecnológica: os componentes sociais são fundamentais para direcionar os desdobramentos interacionais. Ou como observa José Luiz Braga: "na sociedade em midiatização, não são 'os meios', ou 'as tecnologias', ou 'as indústrias culturais' que produzem os processos – mas sim todos os participantes sociais, grupos ad-hoc, sujeitos e instituições que acionam tais processos e conforme os acionam." (Braga, 2012, p.50).

Jesús Martín-Barbero (1997), em sua clássica obra sobre as mediações culturais, propôs a análise de dois eixos, o das lógicas de produção e das competências da recepção, e o das matrizes culturais e os formatos industriais. Ao desdobrar-nos propriamente sobre essa dinâmica, encontramo-nos com uma realidade que se coloca em um corpo mais abrangente, condicionada pelos processos de mediação da informação, mas que transcende esse aspecto. O que acontece na prática com esses coletivos é fruto de um processo de midiatização intensa da cultura e da sociedade, que vai além da formação da opinião pública e que busca redefinir a interação social em um contexto determinado. Trata-se de uma dinâmica híbrida, de produção, transmissão e recepção da informação que não se limita à fisicalidade, produzida por grupos de indivíduos que materializam suas referências culturais por meio de práticas culturalmente específicas.

Utilizando o conceito de territórios mediados de Hjarvard (2015), em vez de dissolver o papel do território, as novas mídias agregam mais camadas de complexidade aos tipos de existência e uso do território na interação social, uma vez que elas permitem novas configurações para a extensão do território, o acesso dos participantes a ele, o nível de informação distribuída para as diferentes partes do território etc. As novas mídias permitem que atores "performem" em diferentes palcos sociais ao mesmo tempo e, assim, alternem entre estar no palco e nos bastidores em um ou outro encontro.

Nesse sentido, as tecnologias, ancoradas em instituições, podem ser entendidas como "dispositivos", no sentido originalmente cunhado por Foucault e retomado posteriormente por Agamben (2009), para se referir à disposição de uma série de práticas e mecanismos (ao mesmo tempo linguísticos e não linguísticos, jurídicos, técnicos e militares) com objetivo de fazer frente a uma urgência e de obter um efeito. Deve ser percebido não somente como uma tecnologia do poder, mas como uma rede que se constitui e enlaça esses elementos. Agamben,

nesse sentido, define dispositivo como: "qualquer coisa que tenha de algum modo a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres viventes". (AGAMBEN, 2009, p. 40). Cita como exemplos as prisões, manicômios, escolas, fábricas e medidas jurídicas, mas também uma caneta, a literatura, o cigarro, os computadores, os telefones celulares e até a linguagem. Ele fala também que da relação entre os "seres viventes" com os dispositivos surgem os sujeitos, o processo de subjetivação. Para ele, o sujeito é o usuário do dispositivo. Por outro lado, alerta que, na cena capitalista de proliferação dos dispositivos, os mesmos podem acabar não agindo tanto pela produção da subjetivação, mas da dessubjetivação.

O uso das TIC pode tanto aproximar públicos menos frequentes destes espaços, promovendo trocas entre eles e a UCI como, por outro lado, afastar públicos usuais, já mais tradicionais. É importante pensar e proporcionar uma gama de experiências com as tecnologias nos ambientes (físicos e digitais) dos museus, mediando o contato entre as pessoas, técnicas e obras por mais de uma forma, refletindo, experimentando, avaliando retornos e modificando de forma contínua. Daí a relevância de se pensar o uso estratégico e institucional das tecnologias da informação e comunicação e, portanto, em todo o contexto de sociedade em rede no qual elas estão inseridas e para os diferentes visitantes.

Como as UCI se alinham a estes movimentos sociais e culturais? Como elas fazem uso das TIC?

Especificamente no caso brasileiro, o panorama ainda apresenta-se aquém do potencial – para não dizer decepcionante, no caso das bibliotecas –, sinalizando o tímido uso das TIC por parte das instituições culturais. Dados da pesquisa TIC Cultura 2016 mostram que a oferta de serviços, informações ou assistência ao público está presente em 57% das bibliotecas, diante de 59% dos museus, 66% dos pontos culturais e 82% dos arquivos. Por outro lado, considerando a existência de perfil em rede social, as bibliotecas comparecem com apenas 35%, cerca de um terço, diante de 49% dos museus, 54% dos arquivos e 77% dos pontos culturais. No caso das instituições que possuem websites próprios, o panorama é mais desalentador: apenas 09% das bibliotecas possuem, em comparação aos 35% dos museus, 44% dos pontos de cultura e 57% dos arquivos (VV.AA., 2017).

2. Os públicos das políticas e ações culturais: das concepções às práticas

As reflexões anteriormente desenvolvidas permitem-nos estabelecer alguns parâmetros para esboçarmos uma reflexão acerca das ações e políticas culturais e sua relação com os

públicos – entendendo sempre que as políticas culturais possuem uma dimensão informacional cada vez mais importante.

Interessa-nos, preliminarmente, uma definição suficientemente abrangente do termo. Como observa Isar (2013), muitas pesquisas acerca das políticas culturais acabam por restringir-se exclusivamente às políticas levadas a cabo pelos Estados (em seus diversos níveis administrativos). Na medida em que essas políticas de Estado estão longe de serem as únicas determinantes do que Isar denomina de "sistema cultural", uma abordagem desse tipo acaba por ser limitante. Para o autor, a vida cultural está sendo moldada para além dos canais formalmente definidos ou delimitados pelo Estado. O desafio de pensar uma definição mais abrangente de "políticas culturais" é fazer justiça a duas dimensões complementares que a envolveriam. A primeira dessas dimensões relaciona-se com o crescente peso epistemológico e simbólico da cultura hoje, na medida em que ela (com)forma e (trans)forma o entendimento das pessoas e grupos, suas identidades e suas visões de mundo. A segunda dimensão, por sua vez, relaciona-se à substantividade da centralidade da cultura: sua real estruturação e organização, a distribuição dos recursos materiais e econômicos envolvidos e o papel desempenhado pelos diversos atores empíricos nessa dinâmica (Estado, instituições, organizações, empresas, grupos, etc.).

Outro aspecto importante para essa questão reside no ideal democrático atribuído a esse tipo de política, mas que nem sempre é explicitado. Nesse caso, como observa Isar, é importante fazer uma distinção entre a "*democratização da cultura* e *democracia cultural*: dar às pessoas o acesso a um conjunto predeterminado de bens e serviços culturais ou dar a elas instrumentos de agenciamento, vocalização e representação em termos de suas próprias expressões culturais" (ISAR, 2013, p. 29). A primeira ideia, de democratização da cultura, implica num conjunto de bens culturais previamente legitimados, ao qual seria dado acesso às massas. Já a segunda ideia, de democracia cultural, buscaria ampliar e diversificar o acesso não só aos bens, mas também aos meios de produção e distribuição cultural, dando às pessoas o agenciamento para se envolverem nos debates sobre o valor das próprias identidades e expressões culturais.

Uma questão que merece especial reflexão é a de como as políticas culturais, associadas às TIC, têm possibilitado a emergência de novos ambientes de informação/comunicação conectados a redes sociais, e redimensionado a relação dos indivíduos com a produção, a prática e a própria construção de identidades e memórias culturais. Estes ambientes surgem a partir de iniciativas do Estado ou, quando são decorrentes de iniciativas da sociedade civil, recebem o apoio do mesmo. A constituição de redes sociais a

partir das unidades de informação que alocam essas políticas culturais de acesso e apropriação da informação e do conhecimento tem sido uma das conseqüências desse processo, nem sempre prevista, entretanto, no escopo inicial dessas políticas.

Uma das preocupações centrais é a de compreender como se estruturam as configurações das redes sociotécnicas e seu uso como mecanismo de coordenação sociocultural. O que se busca, nesse caso, é identificar a constituição, o uso e a apropriação das redes sociais e seus efeitos sobre as formas de organização das políticas e ações culturais. Assim, por exemplo, no âmbito das iniciativas do Ministério da Cultura (MinC) e de outros órgãos de fomento da cultura (especialmente no período 2003-2009), esse processo é perceptível na elaboração de programas, na abertura de linhas de crédito e na formação e qualificação de pessoal técnico apto a lidar com esse aspecto de "gestão" das políticas culturais nos diferentes níveis de incidência das mesmas.

O outro ponto relativo às questões que envolvem as políticas culturais e os processos de mediação é a presença, bastante marcante em alguns casos, de processos de acesso/divulgação-circulação da informação e de processos de acesso/apropriação-formação de competências técnico-culturais. Em outras palavras: a preocupação, de um lado, de fazer circular a informação e torná-la pública, especialmente a informação cultural; e, de outro, a preocupação em capacitar e formar os atores envolvidos (individuais e coletivos), traduzida numa oferta de cursos, oficinas, seminários, projetos abertos, etc. Aqui se pode perceber melhor a sintonia com algumas das ideias de Habermas. Devemos lembrar que, para ele a "competência comunicativa" não é expressão de alguma entidade abstrata, nem atributo da sociedade como um todo, mas um processo que, a qualquer instante, pode ser desencadeado pela disposição e capacidade dos parceiros da interação, de sustentar discursivamente suas posições mediante argumentos. Os atores são, portanto, portadores de processos de aprendizado, produtos de um processo de formação de sujeitos. (ALMEIDA, 2012)

As práticas e políticas culturais apresentam diversos níveis de complexidade em sua efetivação (e, consequentemente, em sua análise), particularmente se recordarmos que a construção de processos de mediação cultural voltados para o "empoderamento" dos atores enfrenta dificuldades de distintas naturezas para tentar se enraizar socialmente. A valorização dos modos de expressão cultural e construção identitária distintos dos modelos hegemônicos é um desafio no âmbito da constituição das políticas culturais. A existência da cultura popular demanda uma sensibilidade diferente: seus modos de produção do sentido e de articulação no simbólico a partir de uma pluralidade de experiências estéticas e dos modos de fazer e usar socialmente a cultura e a arte são contradições presentes nesse cotidiano. Políticas culturais

fundadas numa perspectiva esquemática e instrumental de "acesso", "transmissão" ou "disseminação" de conhecimentos e valores institucionalmente legitimados não são necessariamente a melhor opção para se pensar muitas dessas situações. Muitas vezes essas ações e políticas partem do pressuposto de um "público" previamente conhecido (ou idealizado). Entretanto, é bem mais complexo pensar em novos perfis de públicos, em identificar novas demandas e desejos e, principalmente, em encontrar estratégias para fazer essa aproximação. Trata-se então de conhecer o "não-público", os sujeitos que não são usuários, que não acessam, que não estão presentes nas ações, mas que se pretende – ou deseja – atingir e sensibilizar.

Á guisa de contextualização, vamos considerar alguns dados da pesquisa "Cultura nas Capitais", realizada pela consultoria J. Leiva com suporte do DataFolha em 12 capitais brasileiras em 2017 (LEIVA: MEIRELLES, 2018). No que diz respeito às atividades culturais realizadas nos últimos doze meses anteriores à pesquisa, 39% dois entrevistados declararam ter frequentado bibliotecas (contra 31% que declararam ter frequentado museus e teatro, ou 46% que declararam ter ido a shows de música). Não parece mal, mas, por outro lado, cerca de um quinto dos entrevistados (21%) declarou nunca ter estado em uma biblioteca. Considerando o fator "idade", a proporção dos que frequentam bibliotecas é inversamente proporcional: os mais jovens frequentam mais – especialmente na faixa etária que teoricamente estaria frequentando o ensino superior, o que pode sustentar a hipótese de que essa frequência seria principalmente situada nas bibliotecas universitárias. O fator "escolaridade" também é determinante nessa frequência. De um modo geral, os dados da pesquisa apontam que os piores índices de frequência às bibliotecas (e às atividades culturais em geral) situa-se entre quem só fez ensino fundamental, é da classe D/E e possui mais de 45 anos.

Esses dados poderiam ser considerados de forma "apocalíptica", como diria Umberto Eco, mas não é necessariamente o caso. Os dados mostram que, se de maneira geral, as atividade de mídia (ver TV/navegar pela internet) superam as atividades culturais, por outro lado 68% dos entrevistados se dedicaram à leitura de algum livro (contra apenas 15% que não leram nenhum). No caso dos que tem acesso à internet esse número sobe para 73%, e para os que acessam todos os dias, para 75%. Para Dalton Martins, que analisou os dados da pesquisa, os dados contestam algumas das evidências apresentadas pela leitura especializada, mostrando que as TICs não produziriam automaticamente o distanciamento ou isolamento da socialização, reduzindo a realização de outras práticas culturais. Ao contrário, "a intensidade de uso da internet é um indicador de maior acesso a todas as atividades culturais citadas. Não

só não há substituição de práticas como há evidências de que elas podem se reforçar mutuamente." (MARTINS, 2017, p. 107). A perspectiva de análise que se descortina, portanto, é um pouco mais complexa do que as velhas dicotomias, já apontadas por Eco nos anos 60, permitiriam perceber. Como observa Canclini em relação ao cenário midiático-cultural contemporâneo, "nem os hábitos atuais dos leitores-espectadores-internautas, nem a fusão de empresas que antes produziam em separado cada tipo de mensagem, permitem agora conceber como ilhas isoladas os textos, as imagens e sua digitalização". (CANCLINI, 2008, p. 34)

O caso das culturas jovens[2] é particularmente ilustrativo dessas complexidades. Podemos fazer eco à pergunta de Canclini (2013, p. 160): "Como os jovens, que encontram fechados os caminhos tradicionais do desenvolvimento moderno no trabalho e no consumo, entram em contato com a modernidade?" Basicamente, ele responde, por meio de tecnologias – computadores, celulares, MP3, videogames e internet. A conectividade e o consumo dessas tecnologias relacionam-se com os processos de globalização/transnacionalização das identidades culturais, ampliando a quantidade de referências que estabelecem semelhanças entre jovens dos diversos continentes. Isso não significa que as diferenças simbólicas relacionadas às especificidades territoriais e contextuais desapareçam, mas o acesso às tecnologias confere outros sentidos às práticas locais.

Mas o dilema dos jovens – ou daqueles que se encontram na "condição jovem", como enfatiza Canclini – não cessa aí. Assim, os jovens não consomem em mercados informais porque simplesmente carecem de recursos, mas porque a relação deles com os mercados de trabalho tornou-lhes a informalidade muito familiar. Uma situação paradoxal e geradora de frustações de expectativas que limitam os horizontes e perspectivas desse grupo. Segundo dados da CEPAL (Comissão Econômica para América Latina e Caribe), a juventude possui mais anos de educação formal mas tem menos acesso ao emprego que a população adulta – o índice de desemprego delas, em algumas regiões, é duas ou três vezes maior. Dito de outro modo, "estão mais incorporados aos processos consagrados de aquisição de conhecimento e formação de capital humano, porém mais excluídos dos espaços onde esse capital humano se aplica, a saber, o mundo do trabalho e a fonte de renda para o seu próprio bem-estar." (HOPENHAYN, 2008, P. 53)

[2] Poderíamos – deveríamos – problematizar a idéia de uma "cultura jovem", como faz Canclini em seu texto, mas isso nos desviaria, no momento, de nosso objetivo. Vale lembrar, entretanto, que a definição de juventude varia muito de país para país, e que dentro de cada país, existem extratos diferenciados socialmente no que se convencionou denominar como "juventude". Canclini prefere pensar – e nós o acompanhamos – em "condição jovem", como um recurso heurístico para falar das diferenças culturais.

As condições pelas quais passam os jovens são sintomáticas das mudanças contemporâneas que afetam todos os indivíduos e grupos em nossa sociedade. A "centralidade da cultura" apontada por Hall (1997) ajuda-nos a recordar que, na medida em que ela é o campo do sentido, modificações na sua estrutura alteram a maneira como a vivenciamos: as formas de ter acesso, as maneiras de participar, o modo como moldamos nossas identidades. É o que conclui a seu modo Canclini:

> Essas características, contudo, não são exclusivas dos jovens. Elas expressam, na verdade, uma exacerbação das tendências de todas as sociedades contemporâneas: aumento das informações e das interações com pouca integração social, aceleração das mudanças com empobrecimento das perspectivas históricas em relação ao passado e ao futuro, combinação contraditória de recursos formais e informais para satisfazer necessidades e anseios em escala individual e grupal. (CANCLINI, 2013, p. 169)

A questão das mediações sociais nos contextos formativos das políticas e ações culturais mereceria uma maior reflexão, que não será possível desenvolver plenamente nesse espaço. Trata-se do desafio de incorporar uma cultura pedagógica apoiada em formas de experiência que não se restringem à mediação escrita, ligadas a modos de negociação entre conteúdos e significados historicamente muitas vezes estigmatizados, discriminados e deslegitimizados. A *construção* do conhecimento é aqui um fenômeno ao mesmo tempo individual e social, e o *saber*, um "produto" da construção ativa dos sujeitos, mediada técnica, artística e culturalmente.

3. Algumas experiências instigadoras de reflexão

Nesse tópico retomarei algumas das reflexões elaboradas em Almeida (2014). Deixarei de fora, contudo, as observações referentes às experiências relacionadas à política dos Pontos de Cultura, não só pela complexidade da discussão, que não caberia no espaço destinado a esse texto, como também pela boa bibliografia já disponível sobre o tema[3]. Nossa reflexão se concentrará em algumas experiências em São Paulo, Madrid e em Medellín.

Em Madrid, duas experiências merecem nossa atenção. A primeira, pelo seu caráter de inovação tecnológica, é a Casa do Leitor, uma unidade de informação e cultura voltada para os leitores e a leitura, organizando exposições, conferências, cursos formativos, oficinas de criação, ciclos de música, cinema e artes cênicas, junto a pesquisas aplicadas. O conceito de leitura é central, pois parte-se do pressuposto de que não há manifestação cultural que, para seu conhecimento e desfrute, não requeira um exercício pleno de leitura. Desse modo, a Casa

[3] Além da referência mencionada, vide, por exemplo, TURINO, 2009; SILVA, F. B. A. & CALABRE, L., 2011; RUBIM, 2011; SILVA, F. A. B. 2011.

do Leitor proporciona o encontro do público em geral com o mundo dos profissionais e pesquisadores, assim como do público jovem e infantil com o público adulto e sênior.

O aspecto que mais chama a atenção nas atividades da Casa do Leitor é a perspectiva radical de atuação institucional focada na leitura, mas que subverte a discussão ao privilegiar o suporte dos e-readers e das redes em relação ao tradicional suporte do livro. O suporte impresso continua ocupando espaço dentro das discussões, exposições e pesquisas que são realizadas, mas na relação com os usuários o foco é na utilização de outros suportes de leitura. As implicações desse giro radical afetaram desde a cultura administrativa-institucional da instituição, que teve de requalificar seus trabalhadores e contratar outros com perfis bastante diferenciados, modificando também as concepções de acervo, de curadoria e de ação cultural utilizadas até então, quando as atividades de mediação da leitura centravam-se no suporte livro. O processo implicou a incorporação de novos modelos de gestão e organização, novas atividades (envolvendo processos de qualificação e formação de mediadores e de usuários), como também mantendo e adaptando atividades já existentes (como os círculos de leitura, agora desenvolvidos de forma híbrida, presencial-virtual, utilizando ferramentas de redes sociais).

A outra experiência madrilenha de política e ação cultural que merece destaque, pelo seu caráter formativo e empoderador dos sujeitos, é a do Medialab-Prado. Trata-se de um "laboratório cidadão" de produção, investigação e difusão de projetos culturais que explora as formas de experimentação e aprendizagem colaborativa que surgiram com as redes digitais. Assim, o Midialab- Prado habilitou uma plataforma aberta que acolhe e permite aos usuários configurar, alterar e modificar os processos de investigação e produção. Dessa forma, procura oferecer sustentação a uma comunidade ativa de usuários por meio do desenvolvimento de projetos colaborativos, além de oferecer distintas maneiras de participação que permitem a colaboração de pessoas com perfis diversos (científico, artístico, técnico), níveis de especialização (principiantes e experientes) e graus de implicação com as propostas.

O é facilitar a conexão entre pessoas e seus projetos, ampliando a sinergia social nesse processo. Para tanto, o Medialab-Prado oferece um espaço de informação, escuta e encontro, atendido por mediadores culturais. As atividades, em sua maioria, são registradas e retransmitidas em vídeo, e posteriormente podem ser consultadas e descarregadas pela Web. São realizadas convocatórias abertas para a apresentação de propostas e participação ativa no desenvolvimento desses projetos. Há um programa de atividades composto por oficinas de produção e formação, seminários e debates, reuniões de diferentes grupos de trabalho, mostras de projetos, conferências e outros eventos, como concertos e performances.

No caso de Medellín, o que desperta a reflexão é a conexão das políticas culturais com outras políticas setoriais, além da busca de integração da cultura e dos conhecimentos locais com as formas consagradas de conhecimento cultural. Um dos pilares dessa política cultural, o Sistema de Bibliotecas Públicas de Medellín compreende a Biblioteca Pública Piloto, os parques-biblioteca, o Arquivo Histórico e as bibliotecas de bairro. O sistema possui um modelo de gestão cooperativo, coordenado pela Biblioteca Pública Piloto e administrado diretamente pela prefeitura ou por meio de convênios de associação, administração delegada e cooperação. O uso das TICs já se manifesta aqui, na busca de facilitar trocas e proporcionar o diálogo entre os diversos atores e saberes envolvidos, conectando em particular o sistema Municipal à Rede Metropolitana, buscando um desenvolvimento harmônico com os demais programas sociais, em especial os de educação.

Vale destacar que, em relação ao desenvolvimento urbano, os parques biblioteca vêm desempenhando importante papel na recuperação do tecido urbano e no fortalecimento do capital social. As unidades são geoestrategicamente localizadas, outorgando-lhes um papel detonador de processos de desenvolvimento de territórios com altas densidades populacionais caracterizados por condições de habitação precárias, déficits de equipamentos públicos e zonas de risco socioambiental. São regiões que concentram elevada população em idade escolar e grande número de estabelecimentos educativos, mas sem a contrapartida de equipamentos culturais, desportivos e recreativos, além de barreiras de comunicação, mobilidade e limitado acesso a ferramentas tecnológicas. (MEDELLÍN, 2012) No âmbito instrumental, portanto, os parques biblioteca, com suas associações e conexões, além do impacto sociocultural positivo, vêm colaborando ativamente na redução da brecha digital na cidade de Medellín. Além da agenda cultural e das oficinas de formação e encontro da comunidade, são oferecidos, entre outros: a) serviços de informação, com consulta e empréstimo de material; b) serviços tecnológicos como salas virtuais, bases de dados, oficinas de formação e cadernos digitais (respaldados por 1050 computadores e portal web); c) salas de leitura e estudo com acesso a livros, CDs e DVDs; d) salas “Mi Barrio” (Meu Bairro), cenários para a promoção da história e da memória local.

As salas “Meu Bairro” são uma iniciativa de conectar o conhecimento local (através de registros de história oral, entre outros), assim como a produção de informações de interesse da comunidade (jornais e impressos locais, ou outras formas de produção dos moradores da região), aos demais serviços das bibliotecas parque. Sintonizam-se, assim, a um objetivo mais amplo, que é o de fortalecimento do tecido social e do aumento da auto estima dos cidadãos pela modificação dos imaginários coletivos e empoderamento local. Em estudo realizado em

2010 para a Rede Metropolitana de Medellín, constatou-se que 81% dos usuários eram de estratos socioeconômicos baixo e médio baixo, sendo que o primeiro representava 49% dos usuários. (MEDELLÍN, 2012)

No caso brasileiro, uma instituição que, pelo nome e função, deveria ser em princípio aparentada às experiências de Medellín: a Biblioteca São Paulo (BSP), no Parque da Juventude, na cidade de São Paulo[4]. A Biblioteca São Paulo (BSP), inaugurada em 2010, faz parte do conjunto de iniciativas da Secretaria de Estado da Cultura para incentivar e promover o gosto pela leitura, que se dá tanto pelo livro tradicional como pelo digital. Desse modo, na **BSP** os livros de papel convivem com as novas tecnologias – como os *e-readers* e outras mídias digitais, por meio de oferta presencial e online.

No caso da BSP, o foco das análises concentrou-se na prestação de serviços de referência virtual, na utilização de redes sociais e na oferta de tecnologia nas unidades de informação. O serviço de referência virtual (SRV) está relacionado às diversas formas de disponibilizar os serviços de referência e de informação por meio da utilização das TIC, que de modo geral podem oferecer uma série de benefícios para os envolvidos. Em relação às redes sociais e à oferta de tecnologia nas unidades, foi analisada a estratégia de incorporação de possíveis usuários e a comunicação estabelecida com os mesmos. No caso específico da BSP, além da análise dos serviços ofertados online, optamos por buscar incorporar alguns elementos qualitativos à reflexão acerca da relação dos usuários com a tecnologia. Assim, foi feita uma imersão no ambiente do objeto de estudo, as áreas multimídia da Biblioteca, no pavimento inferior do prédio, que consiste num módulo restrito para o uso de computadores por crianças e jovens.

Na abordagem qualitativa a pesquisa não trabalhou com um número específico de amostra, mas se condicionou por atores que consideramos significativos em relação ao universo dessa unidade de informação ─ 10 jovens da cidade de São Paulo, entre 11 e 18 anos que frequentam a Biblioteca. Basicamente trabalhamos a partir de observação *in loco*, com uma imersão de alguns dias no ambiente e com entrevistas não-estruturadas com funcionários da biblioteca, ambas focadas no entendimento da dinâmica do uso e acesso dos jovens às TICs. Importante enfatizar que o perfil do jovem que visita a BSP é muito diverso. No entanto, a partir das observações e dos dados adquiridos, encontramos alguns denominadores comuns, por exemplo: a maioria dos jovens são estudantes de ensino médio e fundamental, de recursos econômicos limitados, moradores na mesma região da cidade. Pelo período

[4] A partir daqui, retomamos em linhas gerais ALMEIDA; MENDEZ; DAMIAN, 2016.

reservado às observações e pelo perfil dos casos escolhidos, podemos afirmar que a amostra selecionada era representativa do público que costuma frequentar o espaço.

Assim, as observações realizadas legitimam a premissa de Livingstone, que afirma: "os jovens mesmos conscientes do fato de que são a primeira geração a crescer com a internet, corroboram a exaltação pública de seu status de nativos digitais" (LIVINGSTONE, 2011, p. 12). Por exemplo, um dos jovens selecionados acredita que tem o conhecimento necessário no uso das ferramentas que lhe são possibilitadas pela internet; "eu sei muitas coisas, porque pego um curso de informática em São José dos Campos; por isso não preciso de ajuda dos funcionários", explicou o jovem. Da mesma forma, um segundo caso, expressou que, pela facilidade de contar com um computador em sua casa, não lhe resulta difícil o acesso ao equipamento informático disponível na Biblioteca; "só preciso da ajuda deles (funcionários da biblioteca) para ligá-lo. Em minha casa tenho computador e conheço bastante bem do que está aqui", assinalou. Por outro lado, para além do acesso à "rede do conhecimento", os jovens apresentam um comportamento restrito diante das telas. De acordo com a observação efetivada, dos 10 casos estudados, 8 se limitaram apenas à tela do Facebook. O uso da rede social está concentrado para atividades como o chat, compartilhamento de fotos, vídeos e jogar *games*.

Há que se ressaltar aqui que, apesar da importância que vem conquistando o Facebook no cotidiano dos jovens brasileiros na atualidade, percebemos entre os casos selecionados algumas exceções, que tem considerado a emergência de outras redes sociais como o Instagram. "Eu não gosto muito do Facebook, porque você ali só encontra drama; no Instagram é diferente, você não tem que falar muito, sabe; só são fotos [...]", declara um dos jovens entrevistados. Um fato a ser também destacado é o pouco critério na seleção da informação quando se trata de pesquisar pela internet: o site majoritariamente frequentado é Wikipédia.

No que tange aos comportamentos relacionados aos gêneros, observa-se que as crianças e jovens do sexo masculino parecem identificar-se mais com atividades proativas, ou seja, baixar arquivos de músicas, filmes, e jogar *games.* Já as meninas e adolescentes do sexo feminino são visivelmente mais hábeis em atividades de sociabilidade: participar de salas de bate papo, enviar mensagens e compartilhar/comentar imagens entre seus grupos de pares.

A partir das perspectivas de abordagem mencionadas, elaboramos uma matriz baseada em Livingstone (2011), para organizar os dados obtidos, os quais, posteriormente, foram enquadrados em categorias de análise, apresentadas no quadro abaixo:

Categorias de análise	**Indicadores constitutivos**
A. Identidade com a exaltação pública do status de nativo digital atribuída aos jovens	- Os jovens acreditam que podem utilizar as ferramentas que disponibilizadas pela internet. - O jovem coloca-se na posição de autossuficiente frente aos funcionários da biblioteca. - Individualização e comportamento solitário diante das telas.
B. Comportamento limitado diante das telas	- Seu tempo no computador está focalizado na rede social: Facebook e Youtube. - Pouco interesse e critério para pesquisar pela internet. Seu principal site é a Wikipédia.
C. Marcada heterogeneidade entre os gêneros, que determina hábitos e usos das TICs.	- A tendência no uso da internet por parte do sexo feminino está marcada pela necessidade de socializar; no caso do sexo masculino, está caraterizada pelas atividades de ação proativa: baixar música, filmes e jogar *games*.

Fonte: ALMEIDA; MENDEZ; DAMIAN, 2016.

O contexto de cada uma das experiências culturais aqui descritas é bastante específico, mas em sua diversidade é possível alinhavar algumas questões de fundo que são comuns. Há diferenças em sua capacidade de operação e agenciamento, ligada a um conjunto de fatores, normalmente vinculados ao desenvolvimento institucional da organização e da capacidade de articulação dos atores envolvidos. Além desses aspectos, é bom lembrar que os praticantes estão dispostos a se engajar em práticas culturais com diferentes intensidades e habilidades, mas também encontram nesses espaços, especialmente nas bibliotecas-parque, as possibilidades de uma oferta muito heterogênea de atividades e de contato com novas formas de conhecimento e informação. Isto sinaliza também que para garantir a valorização do sentido emancipatório dessas políticas é necessário estar atento para o desenvolvimento paralelo das mediações educativas e formativas. A convergência de perfis diversos e do papel jogado pelas atividades de formação no empoderamento dos sujeitos pode ser ilustrada pela experiência de Medellín. Outro aspecto importante presente nesse exemplo foi a equalização de perfis inter e multidisciplinares na efetivação dessas ações, perceptível no quadro funcional das bibliotecas-parque, composto não só por bibliotecários, mas também por antropólogos, historiadores, pedagogos, informáticos, arte-educadores, e outros profissionais.

No âmbito da BSP, buscamos alguns elementos que permitissem a reflexão acerca do relacionamento entre usuários e TICs no âmbito das próprias unidades de informação. Ali foi possível constatar algumas das dificuldades que apresenta a internet na prática, mostrando que, afinal, o acesso à rede não é tão convidativo ou simples como a retórica popular quer acreditar. Embora seja tentador caracterizar as habilidades *on-line* dos jovens contemporâneos, concebendo-os como nativos digitais, percebeu-se que é necessário

estabelecer alguns limites a esta lógica de interpretação dos fenômenos que abrange o acesso *socialmente significativo* às TICs. No caso da BSP os principais fatores identificados como possíveis limitadores do progresso desse serviço são a falta de acesso à tecnologia e o custo da infraestrutura, além de questões relacionadas à formação de profissionais e usuários na utilização da tecnologia.

As práticas e políticas culturais de mediação brevemente discutidas apontam para essa complexidade, ilustrando como a construção de processos de mediação cultural voltados para o empoderamento dos atores enfrenta dificuldades de distintas naturezas para tentar se enraizar socialmente. Por outro lado, a existência da cultura popular demanda uma sensibilidade diferente: seus modos de produção do sentido e de articulação no simbólico a partir de uma pluralidade de experiências estéticas e dos modos de fazer e usar socialmente a cultura e a arte são contradições presentes nesse cotidiano. Políticas culturais fundadas numa perspectiva esquemática e instrumental de "acesso", "transmissão" ou "disseminação" de conhecimentos e valores institucionalmente legitimados talvez não sejam a única – ou mesmo, a melhor – opção para se pensar essas situações.

A questão das mediações sociais nos contextos formativos das políticas e ações culturais mereceria maior reflexão. Trata-se do desafio de incorporar uma cultura pedagógica apoiada em formas de experiência que não se restringem à mediação escrita, ligadas a modos de negociação entre conteúdos e significados historicamente muitas vezes estigmatizados, discriminados e deslegitimizados. A construção do conhecimento é aqui um fenômeno ao mesmo tempo individual e social, e o saber, um "produto" da construção ativa dos sujeitos, mediada técnica, artística e culturalmente. Os exemplos do MidiaLab Prado, em Madrid, assim como os das salas "Meu Bairro" nas bibliotecas-parque de Medellín nos permitem verificar que iniciativas dessa natureza são possíveis.

No caso das iniciativas espanholas do MidiaLab e da Casa do Leitor, embora os processos de mediação educativa pareçam ter atingido maior grau de maturidade, foi possível perceber dificuldades relacionadas ao contexto econômico, que apontavam para a dificuldade de obtenção de recursos necessários à preservação e continuidade dessas iniciativas. A efetividade dessas ações, todavia, depende de muito mais do que o simples voluntarismo ou o potencial democrático das políticas. A atuação em rede, e não a estritamente tecnológica, mas especialmente a semântica e humana, é ao mesmo tempo uma possibilidade e um desafio. Manifestações culturais específicas, como o teatro popular ou as expressões musicais, por exemplo – cuja visibilidade costuma recair muitas vezes sobre artistas individuais ou pequenos grupos, contando com expressivo número nas cidades –, parecem apresentar maior

facilidade neste tipo de atuação em subunidades institucionais com diferentes níveis de mediações. Embora não discutidas mais detalhadamente neste texto, as experiências dos pontos culturais reforçam essa tendência (ALMEIDA 2014; SILVA, 2011).

Diante dos atuais conflitos públicos nos modos de representar a vida social, em uma das vias promissoras nesse sentido, Yúdice (2006, p. 47) chamará atenção para a função política dos "mediadores" na elaboração e implementação de "políticas socioculturais" que criem espaços onde as distintas narrativas culturais possam ser "concebidas e tornadas compatíveis". O encontro de indivíduos e de grupos com as instituições merece ser compreendido como um processo complexo povoado por práticas heterogêneas e não excludentes.

4. Considerações Finais

A questão não é focar em mais conhecimento, na lógica da pura acumulação e difusão quantitativa. O desafio reside na necessidade de se refletir, a partir das mediações e políticas culturais, as questões relacionadas à formação de acervos, aos formatos informacionais, aos conteúdos das mensagens, às relações com os usuários. Desse modo, as políticas de informação e comunicação seriam, hoje, também políticas culturais. Os novos ambientes de informação seriam, na verdade, *ambientes culturais da infocomunicação*, aparatos, dispositivos e tecnologias mediadoras, capazes de transmitir conhecimento intercultural e proporcionar a comunicação e a expressão dos indivíduos e grupos. Nesse sentido é que buscamos compreendê-las como UCI – Unidades Culturais de Infocomunicação, locais estratégicos para a realização de práticas e políticas culturais emancipadoras, passíveis de apropriação pelos sujeitos na perspectiva de construção da cidadania cultural e dos processos de formação permanente, cada vez mais exigidos por nossa sociedade.

Como observa Lankes em relação ao trabalho de mediação nas bibliotecas, o que delas se espera é que atuem na facilitação da criação de conhecimento, tornando a comunidade mais "inteligente": "Bibliotecas são definidas não por seus prédios, mas pelo modo como combinam missão, meios de facilitação e, finalmente, um conjunto de princípios éticos e habilidades" (LANKES, 2016, p. 92). As atividades de mediação compreenderiam, nessa perspectiva: a- fornecer acesso; b- fornecer capacitação; c- proporcionar um ambiente seguro e d- despertar a motivação para aprender. Acreditamos que esses objetivos se aplicam muito bem às UCI de maneira geral, embora os desafios representados pelas desigualdades dos mais diversos tipos – sociais, econômicas, educacionais – sejam enormes.

Acreditamos que é importante considerar que a desigualdade social não é apenas uma questão referente à partilha adequada dos recursos, mas de participação na determinação das oportunidades de vida tanto individuais como coletivas. A premissa subjacente a essa afirmação é a de que a capacidade de acessar, adaptar e criar novos conhecimentos por meio das TICs é decisiva para a inclusão na chamada "Sociedade da Informação". Como já nos mostraram Mark Warschauer (2006) e Manuel Castells (2003), o acesso é decisivo para a inclusão social. O acesso e o letramento digital estão intimamente ligados aos avanços da comunicação humana e aos meios de produção do conhecimento. A naturalização do status de nativo digital para os jovens contemporâneos com habilidades on-line é tentadora. No entanto, isso não os coloca isentos de uma observação crítica. Assim, dominar uma tecnologia significa manejar não só o hardware, mas tudo o que internet oferece a seus usuários, a partir de uma visão crítica e informada.

Diante dos atuais conflitos públicos nos modos de representar a vida social Yúdice (2006, p. 47) chamará atenção para a função *política* dos "mediadores" na elaboração e implementação de "políticas socioculturais" que criem espaços onde as distintas narrativas culturais possam ser "concebidas e tornadas compatíveis". O encontro de indivíduos e de grupos com as instituições merece ser compreendido como um processo complexo povoado por práticas heterogêneas e não excludentes. Nesse sentido, vale relembrar a lição de Michel de Certeau (1994), ao apontar não as restrições impostas pelos aparatos aos indivíduos, mas a criatividade das práticas sociais, para voltarmos nosso olhar para a apropriação das tecnologias e das informações nos processos vivos de produção e circulação da cultura.

Desse modo, estabelece-se para os profissionais da cultura, da comunicação e da informação o desafio de refletir e construir estratégias de interação com estes e outros usuários que envolvam uma efetiva apropriação sociocultural das TICs. O desafio, ao que parece, está em cristalizar as relações on line/off line de maneira mais consistente, capaz de operar efetivas mudanças a partir de iniciativas coletivamente orientadas para a construção de habilidades e conhecimentos socialmente significativos, que contribuam para a construção do conhecimento socialmente relevante e na melhoria da qualidade de vida dos sujeitos e de suas comunidades.

Refletindo sobre as experiências discutidas no âmbito do trabalho, construímos a convicção de que essas unidades podem incorporar crescentemente as práticas culturais dos sujeitos, cada vez mais mediadas/mediatizadas pelas tecnologias de informação e comunicação. Nesse sentido é que buscamos compreendê-las como Unidades Culturais de Infocomunicação (UCI), locais estratégicos para a realização de práticas e políticas culturais

emancipadoras, passíveis de apropriação pelos sujeitos na perspectiva de construção da cidadania cultural e dos processos de formação permanente, cada vez mais exigidos por nossa sociedade. Entendemos as UCI como territórios híbridos porque em suas práticas incorporam uma atuação dinâmica nas diversas esferas que compõem sua realidade, movendo-se nas dimensões delimitadas por alguns pares de oposição: institucional/não-institucional, conhecimento "científico"/conhecimento "comum", presencial/virtual. Esse hibridismo traduz, portanto, uma dinâmica e um conjunto de práticas culturais de produção e transmissão de informações que não se limita à fisicalidade, e que põe em questão os parâmetros tradicionais de legitimidade e territorialidade.

5. Referências

ADERALDO, Guilhermo. **Reinventando a cidade:** uma etnografia das lutas simbólicas entre coletivos culturais vídeo-ativistas nas "periferias" de São Paulo. São Paulo, Annablume, 2017.

AGAMBEM, Giorgio. O que é um dispositivo? In: **O que é o contemporâneo e outros ensaios.** Chapecó (SC): Argos, 2009, p. 25-51.

AGIER, Michel. **Antropologia da cidade:** lugares, situações, movimentos. São Paulo: Terceiro Nome, 2011.

ALMEIDA, M. A. Políticas culturais & ciência da informação: diálogos e desafios. **Ciência da Informação**, Brasília, DF: IBICT, v.43 n.2, p.284-297, maio/ago, 2014.

_____ Habermas e as apropriações culturais das TICs: rumo a ciberesferas públicas? **Problemata**: R. Intern. Fil. Vol. 03. N^{o}. 02, pp. 127-156, 2012.

ALMEIDA, M. A.; MENDEZ, H. R. M.; DAMIAN, I. P. M. Perspectivas para as Unidades de Cultura e Informação. **Anais do VII Seminário Internacional de Políticas Culturais**, 17 a 20 de maio de 2016, Rio de Janeiro / Organizadores: Lia Calabre... [et al.] – Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2016, p. 1445-1460.

BRAGA, José Luiz. Comunicação, disciplina indiciária. Revista **Matrizes**. São Paulo, v. 2 n. 1, p. 73-88, 2008

BUCKLAND, Michael K. & ZAPATA, Cristian B. A natureza da Ciência da Informação e a sua importância para a sociedade. Londrina: revista Inf. Inf., v. 23, n. 3, p. 01 – 16, set./dez. 2018.

BURKE, Peter & BRIGGS, Asa. **Uma história social da Mídia**: de Gutemberg à Internet. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

CANCLINI, Néstor Garcia. **Leitores, espectadores e internautas**. São Paulo: Iluminuras, 2008.

_____ O futuro da cultura a partir dos estudos sobre jovens. In: LEITE, José Guilherme Pereira (org.) **As malhas da cultura 2**. Cotia (SP): Ateliê Editorial, 2013, p. 155-171.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança:** movimentos sociais na era da internet**.** Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

_____ Internet e sociedade em rede. In: MORAES, Denis de (org.) **Por uma outra comunicação:** mídia, mundialização cultural e poder**.** Rio de Janeiro: Record, 2003, p. 255-288.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano:** 1. artes de fazer. Petrópolis (RJ): Vozes, 1994.

GRAVANTE, Tommaso & POMA, Alice. Apropriación y emociones. Una propouesta teórica desde abajo para analizar las prácticas de Net.ativismo. In: CABALLERO, F. S. (coord.) **Ciudadanía, Tecnología y Cultura:** nodos conceptuales para pensar la nueva mediación digital. Barcelona: Gedisa, 2013, p. 257-284.
HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 22, nº2, p. 15-46, 1997.
_____ **Cultura e Representação**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Apicuri, 2016.
HJARVARD, S. Da Mediação à Midiatização: a institucionalização das novas mídias. **Revista Parágrafo**, v. 2, n. 3, p. 51-62, jul. /dez., 2015.
HARVEY, David. **Cidades rebeldes:** do direito à cidade à revolução urbana. São Leopoldo: Martins Fontes, 2014.
HOPENHAYN, Martín. Inclusión y Exclusión social en la Juventud Latinoamericana. **Pensamiento Iberoamericano, Inclusión y Ciudadanía:** Perspectivas de la Juventud em Iberoamérica n. 3, 2ª época, 2008/2, p. 49-70.
ISAR, Yudhishthir Raj. Políticas de cultura: questões para uma análise comparativa transnacional. In: LEITE, José Guilherme Pereira (org.) **As malhas da cultura 2**. Cotia (SP): Ateliê Editorial, 2013, p. 13-36.
LANKES, R. David. **Expect More: melhores bibliotecas para um mundo complexo**. São Paulo: FEBAB, 2016.
LEIVA, João; MEIRELLES, Ricardo (orgs.). **Cultura nas capitais:** como 33 milhões de brasileiros consomem diversão e arte. Rio de Janeiro: 17Street Produção Editorial, 2018.
LIVINGSTONE, Sonia. Internet literacy: a negociação dos jovens com as novas oportunidades on-line. Revista **Matrizes**, V. 4, 2011, p. 11-42.
MANSILLA, Juan Camilo. Reconfigurando el espacio público, redefiniendo la marginalidad urbana: um estudio de caso con jóvenesde barrios populares deMedellín, Colombia. **Anais de las XI Jornadas de Sociología**. Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, 2015.
MARTÍN-BARBERO, J. **Dos meios às mediações:** comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997.
MARTINS, Dalton. Tecnologia e Cultura: vias de mão-dupla. In: LEIVA, João; MEIRELLES, Ricardo (orgs.). **Cultura nas capitais:** como 33 milhões de brasileiros consomem diversão e arte. Rio de Janeiro: 17Street Produção Editorial, 2018, p. 106-107.
MEDELLÍN, A. **Laboratorio Medellín:** catálogo de diez prácticas vivas. Medellín: Alcaldía de Medellín/Mesa Editores, 2012.
MELUCCI, Alberto: **A invenção do presente:** movimentos sociais nas sociedades complexas. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.
SILVA, Frederico A. B (org.). **Cultura Viva:** as práticas de pontos e pontões. Brasília: IPEA, 2011.
SILVA, F. B. A.; CALABRE, L. (orgs.) **Pontos de Cultura:** olhares sobre o programa Cultura Viva**.** Brasília: IPEA, 2011.
WARSCHAUER, Mark. **Tecnologia e inclusão social:** a exclusão digital em debate. São Paulo: Senac, 2006.
YÚDICE, George. **A conveniência da cultura**: usos da cultura na era global. Belo Horizonte: UFMG, 2006.
VV.AA. **TIC CULTURA 2016**: pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos equipamentos culturais brasileiros. Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR – São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2017.